

Um Enquadramento Global para uma Guerra Global

António José Telo

Professor da Academia Militar

Resumo

O artigo apresenta dados inéditos sobre o enquadramento externo da participação portuguesa na Grande Guerra, baseando-se, em parte, em documentação existente nos arquivos britânicos e franceses, até hoje, inédita ou muito pouco manuseada pela historiografia portuguesa.

A Grã-Bretanha foi forçada à aceitar com grande relutância a participação nacional e a integrar o Corpo de Exército Português no seio das Forças Expedicionárias Britânicas em França. A França terá contribuído com o seu apoio diplomático para que a Grã-Bretanha incorporasse o Corpo Expedicionário Português na Flandres.

Abstract

A Global Framework to a Global War

The article presents new data available at British and French archives - rarely consulted by Portuguese historiography - concerning the Portuguese military participation in the Great War.

Great Britain was forced to accept - although with great reluctance - the Portuguese military participation in its Expeditionary Forces, due largely to France decisive diplomatic support of these Portuguese ambitions.

Uma Guerra Global

A Grande Guerra envolve a maior parte da humanidade num confronto para decidir a hegemonia global e as regras da nova ordem internacional¹. É uma charneira, o fim do mundo regrado, estável, organizado, lógico, otimista do século XIX; o começo de um caos global que se prolonga por duas décadas, sem uma hegemonia clara e com profundas clivagens internas e regionais. Todos os valores que eram a base da sociedade do século XIX são profundamente abalados e o que sai disso é uma imensa confusão, sem novos valores dominantes, com novas ideologias de cores muito distintas, mas todas marcadas pelo radicalismo e pela aceitação da violência organizada como caminho para resolver os problemas da sociedade.

Antes havia um mundo eurocêntrico, dividido entre meia dúzia de impérios que partilhavam valores semelhantes, estável, relativamente pacífico e com poucas convulsões. Era um mundo que acreditava firmemente na ciência, na missão civilizadora do homem branco, considerado a raça superior, onde uma Grã-Bretanha senhora dos mares ditava as regras do comércio e da economia internacional, que caminhava imparavelmente no sentido do crescimento e da industrialização. Era um mundo que respirava confiança, otimismo, crença nas ilimitadas possibilidades de crescimento, certeza num futuro melhor.

Depois, temos a grande confusão, uma imensa explosão de violência que envolve toda a Europa e uma parte substancial de outros continentes, agora não numa guerra entre nações, mas numa cadeia de revoluções que não tardam a degenerar em múltiplas guerras civis, algumas de extrema violência, enquanto o domínio colonial é fortemente contestado na Ásia, no mundo árabe e, em menor grau, em África. As crenças cândidas e bem-intencionadas do século XIX são substituídas por um choque violento entre muitos "ismos" que nascem um pouco por toda a parte: comunismo, nazismo, fascismo, sidonismo, integralismo. O resultado ao fim de alguns anos é que a Europa das democracias de 1914 está transformada na Europa das ditaduras dos anos trinta. São os "loucos" anos vinte, a que se segue a imensa crise dos anos trinta.

A serena hegemonia britânica é fortemente abalada com a guerra, mas o único poder que a podia fortalecer e continuar (os EUA), recua e desiste da sua missão glo-

1 Este artigo traz elementos novos sobre Portugal na Grande Guerra, quer em termos do enquadramento teórico como de dados concretos. Estes provêm essencialmente de fontes primárias inglesas, francesas e alemãs, recolhidas numa Linha de Investigação a funcionar na Academia Militar, por mim coordenada e apoiada pela Comissão de Evocação do Centenário do Ministério da Defesa Nacional. Quero agradecer, em particular aos elementos dessa linha que comigo colaboraram na recolha das fontes, nomeadamente o Coronel Lemos Pires, o Tenente-Coronel Marquês de Sousa, o Tenente-Coronel Miguel Freire e o Major Fernando Rita. Obviamente nenhum deles tem qualquer responsabilidade nas teses deste artigo, que são da exclusiva responsabilidade do seu autor.

bal, encerrando-se numa nova doutrina de Monroe e afastando-se das instituições internacionais que ele próprio criou, como a Sociedade das Nações. Na Europa é a grande confusão: dois dos grandes impérios desfizeram-se (Áustria-Hungria e Turquia), mas a Alemanha mantém todas as condições para renascer como o principal poder continental e, ao seu lado, está uma Rússia que acelera a industrialização sob a mão de ferro do Estalinismo. Alemanha e Rússia são os grandes vencidos da guerra, humilhados e cheios de um desejo de vingança, alimentado por um imenso poder potencial. Nas suas vizinhanças, um cortejo de pequenos poderes, muitos deles sem História e enfraquecidos por violentos conflitos internos, que são um irresistível convite para a expansão. A Grande Guerra não abriu para um sistema forte e sereno, com uma hegemonia consolidada e com valores fortes; abriu para a grande confusão, onde as boas intenções americanas se uniram à fraqueza dos poderes vencedores da Europa para criar duas décadas de revoluções e convulsões, que terminariam numa guerra ainda maior. O mundo unipolar tinha sido substituído por um violento e confuso mundo apolar, que não podia durar muito tempo. Portugal é uma pequena folha levada pelo vento violento, que entende mal e não controla.

Um Caso Original

A beligerância portuguesa na Primeira Guerra tem fortes traços de originalidade e, sem os entender em termos gerais, não é possível compreender nenhum aspeto particular, nomeadamente o enquadramento global que conduz Portugal para a guerra.

Vou mencionar somente o principal traço original², porque tem grande importância para entender a política externa destes anos. Enquanto na maior parte dos estados a guerra conduz a violentas convulsões internas, em Portugal o processo tinha começado antes, nomeadamente em 1908, com o regicídio.

Entre 1908 e 1927 Portugal passa por um período que, do ponto de vista político, só se pode classificar como de "guerra civil intermitente". Porquê? Porque a sociedade recorre sistematicamente à violência organizada para resolver os seus problemas, sem acreditar nas instituições e sem aceitar o seu normal funcionamento. Neste período, os governos duram em média quatro meses, nenhum completa o seu mandato normal, existem nove grandes revoluções e/ou guerras civis³ dão-se dezenas de golpes violentos de pequena dimensão, existem permanentemente grupos de civis armados que são os exércitos semilegais das organizações políticas, dois chefes de estado são assassinados (D. Carlos e Sidónio Pais), os saques a sedes de par-

2 Neste curto artigo só é possível mencionar as grandes tendências sem desenvolver nenhum aspeto.

3 1910, 1912, 1915, 1917, 1919, 1921, 1925, 1926 e 1927.

tidos e de jornais são permanentes, as principais instituições que deviam garantir a unidade nacional são as primeiras a recorrer à violência. Tudo é violento nestes anos - basta ver o funcionamento das câmaras, com cenas frequentes de insultos, agressões, mesas partidas e gritos, a ponto de ninguém as estranhar.

Quando a guerra mundial estala, em agosto de 1914, ela insere-se numa guerra civil intermitente de um regime recente e fraco que receia fortemente a situação internacional e teme sobretudo o afastamento evidente em relação ao seu secular Aliado, do qual tudo depende, a começar no Império e a acabar na economia. O que acontece é que, entre 1914 e 1918, a guerra civil intermitente agrava-se e vai passar a decorrer, não à volta da questão do regime, como acontecia antes, mas à volta da posição perante a guerra.

Surtem dois grandes blocos, que se assumem claramente logo em fins de 1914: os "guerristas", com o Partido Democrático no seu centro (era o menos democrático de todos os partidos, como seria de esperar de uma organização que sente a necessidade de se autoapelidar de "democrático") e os "antiguerristas". Estes últimos são um bloco muito amplo, que vai da extrema-esquerda anarquista à extrema-direita integralista; entre eles estão grande parte dos monárquicos, dos católicos, dos republicanos moderados. Em termos políticos e sociológicos é a grande maioria da população portuguesa, o que explica que, ao contrário do que aconteceu noutros países, nunca tivesse havido qualquer entusiasmo pela beligerância em Portugal.

É importante salientar que os "antiguerristas" em Portugal são muito diferentes do normal na Europa. Aí, o termo "antiguerrista" surge sobretudo associado à extrema-esquerda, desde os anarcossindicalistas italianos, aos sociais-democratas de esquerda alemães ou aos bolchevistas russos. Em Portugal, é o contrário: os "antiguerristas" são fundamentalmente conservadores e moderados, genericamente associados com a direita, no entendimento amplo que este termo merecia na altura. Os "guerristas" é que são os radicais, integrando a grande maioria dos republicanos radicais do Partido Democrático, mas igualmente setores importantes de vários partidos e sindicatos (principalmente os partidos Evolucionista e Socialista).

Ao contrário do que os nomes indicam, os "antiguerristas" não são no essencial contra a guerra e os "guerristas" não são a favor dela. O que os divide é o tipo de beligerância, a política a seguir perante a guerra internacional. Os "guerristas", por exemplo, não querem qualquer beligerância: pretendem que Portugal entre na guerra através de um pedido da Grã-Bretanha feito em nome da Aliança e que participe nos combates na França, a frente mais intensa e exigente de todas. Porquê? No essencial, por dois motivos: em primeiro lugar, como Nuno Severiano Teixeira muito bem salientou, porque serve os seus objetivos de política interna, pois esperam desta forma consolidar o frágil regime radical e o seu poder dentro dele. Em segundo lugar, porque serve os seus objetivos de política externa, nomeadamente ao fazer voltar Portugal ao estatuto de parceiro principal na Península, ao dificultar

um entendimento de compromisso entre a Alemanha e a Grã-Bretanha ou mesmo a tentação britânica de ceder às pressões dos seus Aliados para receberem parte das colónias portuguesas, nomeadamente as pressões da Bélgica e da África do Sul.

O raciocínio dos "guerristas" é relativamente simples, mas tem o pequeno problema que não pode ser explicado publicamente. A opinião pública portuguesa tem de ser levada por uma cortina de fumo, uma mentira oficial que a leve a acreditar que a política "guerrista" mais não faz que seguir os desejos da Grã-Bretanha, exatamente o contrário da realidade. Portugal sabe três coisas em 1914, todas elas muito preocupantes para o regime: que a Grã-Bretanha e a Alemanha assinaram duas convenções secretas para dividir as colónias portuguesas (em 1898 e 1912); que o Rei de Espanha pressiona Londres e Paris para organizar uma intervenção militar em Portugal, de modo a restabelecer a "ordem" e a monarquia; que a Grã-Bretanha se afasta de Portugal, não apoiando os seus programas de armamento, não lhe dando créditos, não apoiando as suas pretensões em África.

A guerra surge como a solução para todos estes problemas na visão dos "guerristas", mas só se a beligerância surgir a partir de um pedido feito em nome da Aliança e se Portugal lutar na frente mais visível e mais importante. Se isso acontecer, os "guerristas" esperam obter uma vantagem adicional: o País certamente se uniria à volta do seu Governo, fortalecendo o regime e trazendo a paz interna, desde que acreditasse que a beligerância era patriótica (e não partidária) e que se tratava de defender a independência de Portugal.

Os "antiguerristas" não eram contra a guerra em qualquer circunstância. A esmagadora maioria destes partilhava a opinião de Brito Camacho, o chefe do Partido Unionista e o pensamento mais articulado neste campo. Dizia ele que Portugal se devia defender caso fosse atacado e devia aceitar todos os pedidos feitos em nome da Aliança - Brito Camacho e a esmagadora maioria dos "antiguerristas" eram favoráveis à Grã-Bretanha e não tinham especial simpatia pela Alemanha, ao contrário do que dizia a propaganda do Partido Democrático. Brito Camacho acrescentava que, se Portugal entrasse na guerra através de um pedido feito em nome da Aliança, devia concentrar os seus recursos militares em África, evitando combater em França, pois as Forças Armadas não estavam preparadas para esse tipo de guerra. São estes os dois pontos que dividem a sociedade portuguesa: só entrar na guerra em resposta a um pedido do Aliado e, caso entrasse, concentrar os esforços em África, sem enviar forças para a França.

Nomes como Manuel de Arriaga, Machado Santos, Brito Camacho, D. Manuel II, António José de Almeida ou Sidónio Pais, para citar somente alguns dos principais "antiguerristas", não eram de modo nenhum germanófilos e sentiam-se ofendidos quando lhes lançavam essa acusação à cara. O que eles achavam era que forçar a beligerância, como o Partido Democrático fazia, era uma política antinacional só justificada por razões partidárias que visavam fortalecer a República radical e pou-

co democrática que combatiam desde o primeiro momento. Por esse motivo eram contra, não a guerra ou a beligerância e ainda menos contra a Grã-Bretanha, mas sim contra a política "guerrista" de forçar a beligerância e levar as forças portuguesas a combater em França.

É preciso acrescentar um outro ponto muito importante, embora sem o desenvolver: em 1914 o regime tinha destruído a eficácia militar das Forças Armadas, não por acaso ou por acidente, mas como parte de uma política consciente e sistematicamente organizada. Em termos muito simples, o regime republicano era fraco, sabia que só se mantinha com o apoio de parte das populações urbanas (uma pequena minoria) e que tinha a oposição mais ou menos declarada de grande parte dos oficiais do quadro permanente, em particular no Exército. Assim sendo, defendeu-se contra uma possível reação do Exército promovendo a politização dos oficiais, infiltrando os quartéis de organizações políticas radicais, colocando os sargentos e cabos a vigiar e denunciar os oficiais, mantendo grupos de civis armados com ligações aos clubes radicais dentro dos quartéis, promovendo a Marinha no papel, ameaçando (em 1911) com o fim do corpo de oficiais profissional, mas sem o conseguir concretizar. Tudo isto, como é normal, teve como resultado dividir as Forças Armadas, politizá-las, desorganizá-las e retirar-lhes grande parte da sua eficácia enquanto instituição militar; teve igualmente como resultado que a generalidade do corpo de oficiais profissional encarava com sérias reservas o regime, sentia-se acochado e ameaçado e desconfiava de tudo o que viesse do Partido Democrático. Era irónico que os radicais republicanos, depois de terem destruído a eficácia da instituição militar por razões políticas, se viram obrigados a pedir às Forças Armadas um dos seus mais importantes esforços de sempre, com a criação da maior força expedicionária portuguesa para a Europa na sua secular História, de modo a combater na frente mais exigente da maior guerra da humanidade. O resultado era fácil de prever. A política externa que conduz à beligerância sai deste enquadramento muito especial e não se pode compreender sem o entender. Antes de entrar na sua descrição é importante salientar um outro ponto: durante os quatro anos de guerra, Portugal muda de política externa cinco vezes, quatro das quais por meios não constitucionais⁴.

4 A primeira mudança surge com o começo da guerra, quando os "guerristas" quase conseguem provocar a beligerância; a segunda surge com a subida dos "antiguerristas" ao poder pelo movimento das espadas de começos de 1915; a terceira, com o regresso dos "guerristas" através da sangrenta revolução de maio de 1915; a quarta, com a beligerância, que leva à formação de um governo de coligação onde alguns "antiguerristas" participam durante cerca de um ano; a quinta com a nova subida dos "antiguerristas" ao poder, pela revolução de dezembro de 1917. Podemos ainda falar de uma nova mudança em fins de 1918, com o assassinato de Sidónio e a guerra civil de 1919, mas ela ocorre já depois do armistício. Cinco mudanças de fundo em quatro anos! Neste período encontramos governos "guerristas" durante cerca de um terço do tempo; "antiguerristas" durante um terço; governos de coligação ou intermédios no terço restante.

O Dilema Britânico

O grande problema para os "guerristas" era que a Grã-Bretanha não queria a beligerância portuguesa. A razão de ser desta posição é fácil de entender. A Grã-Bretanha conhecia melhor que ninguém a debilidade económica e militar nacional, pelo que não duvidava que as Forças Armadas eram incapazes de participar em qualquer teatro de guerra moderno, que o Governo era incapaz de o financiar, que a indústria nacional era incapaz de o sustentar. O contributo militar ativo que a beligerância portuguesa poderia trazer era assim muito reduzido. Em contrapartida, a Grã-Bretanha sabia que, se pedisse a beligerância, teria de suportar financeiramente todo o esforço de guerra e a própria economia e teria de armar, treinar, abastecer e transportar qualquer força militar significativa.

Desde 1898 que os documentos internos britânicos onde se discutia a vantagem da Aliança com Portugal eram muito claros e taxativos: o principal contributo de Portugal em tempo de guerra era o de não permitir que as suas posições estratégicas fossem usadas pelo inimigo, o que se conseguia através das obrigações políticas da Aliança, sem ser necessária a beligerância portuguesa. A Grã-Bretanha, em resumo, não precisava de usar ativamente as posições portuguesas, mas era essencial para ela que um potencial adversário com meios de ataque modernos não as usasse⁵.

A Grã-Bretanha tinha tomado as suas precauções para que isso acontecesse desde 1898. Nesse ano, pediu pela primeira vez uma garantia secreta ao Governo português: não seria feita qualquer concessão nos Açores ou nas ilhas Atlânticas a outro poder, sem uma prévia autorização de Londres. Quando Portugal hesitou em dar esta garantia tão forte e importante, o Aliado limitou-se a dizer que, sem ela, a Aliança, não faria sentido. Escusado será acrescentar que a garantia foi dada de imediato. Entre 1898 e 1914 houve dezenas de governos das mais diversas cores, tanto na Monarquia como na República. Pois sempre que um governo mudava, o ministro britânico em Lisboa pedia de imediato uma audiência com o novo Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE de futuro) e exigia a renovação das garantias secretas. Com o tempo, estas crescem. Na versão de 1914, Portugal garantia que não faria qualquer concessão em qualquer porto, do continente, das ilhas ou em África, sem uma autorização prévia e por escrito da Grã-Bretanha.

É de notar que num país onde os segredos não se mantinham muito tempo, estas garantias permaneceram sempre secretas. Nenhum governo as denunciou depois de passar à oposição e a República, que deu a conhecer muito do que chamava os "segredos" e "escândalos" da Monarquia, nem uma palavra disse sobre isto. É fácil entender porquê: qualquer grupo que pensasse vir a ser poder em Portugal sabia que, para isso, teria de aceitar a renovação das garantias secretas, pelo que não es-

5 Não tenho espaço para desenvolver aqui esta afirmação, mas ela é explicada nomeadamente em Telo (1993).

tava interessado em as denunciar publicamente. Os grupos que não pensavam vir a ser poder, não conheciam as garantias secretas, pelo que não as podiam denunciar. Qualquer governo sabia que, se estas garantias tão vastas fossem conhecidas, o escândalo seria imenso, possivelmente maior que o provocado pelo *Ultimatum*, e dele resultaria uma crise interna de grande envergadura, para já não falar da crise da Aliança. Por isso, todos os governos repetiam de imediato as garantias e faziam tudo o que podiam para as manter secretas, o que era igualmente do interesse da Grã-Bretanha. Era o segredo político mais bem mantido em Portugal, o único que resistiu à mudança do regime.

As garantias secretas davam a certeza à Grã-Bretanha que o contributo mais importante que Portugal podia dar estava assegurado, pelo que a eventual beligerância não traria vantagens e iria levantar muitos problemas.

1914: Portugal à Beira da Beligerância

Quando a guerra estala o núcleo "guerrista" (Afonso Costa, João Chagas, Bernardino Machado, entre outros) estabelece de imediato a sua estratégia política e coloca como objetivo central conseguir a beligerância mediante um pedido da Grã-Bretanha feito em nome da Aliança, o que não é nada fácil. Portugal indica de imediato a sua disposição ao afirmar que pretende agir "em completa cooperação" com o Aliado⁶.

Logo se notam duas coisas muito importantes:

- 1) A completa divisão dos políticos portugueses; no caso concreto deste primeiro ministério da guerra, é a divisão entre o MNE Freire de Andrade que é antiguerrista (entenda-se, não pretende forçar a beligerância) e o Ministro da Guerra Pereira de Eça, que, apoiado por Bernardino Machado pretende conseguir a beligerância a qualquer custo.
- 2) A divisão entre a Grã-Bretanha, que não quer a beligerância portuguesa, e a França, que a deseja provocar.

Londres responde à oferta implícita portuguesa lançando água na fervura ao afirmar que tudo que pede é que não se declare formalmente a neutralidade. A França mostra igualmente a sua posição, quando Daeschner, o seu representante em Lisboa, alerta

6 Telegrama para Teixeira Gomes (ministro em Londres) de 3 de agosto de 1914, pouco depois da Grã-Bretanha entrar na guerra. O reduzido espaço disponível só permite indicar as grandes tendências, com um mínimo de referências concretas. De futuro, qualquer documento diplomático português citado está incluído no *Livro Branco* publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995), exceto onde for indicada outra fonte. Ministério dos Negócios Estrangeiros (1997). *Portugal na I Guerra Mundial, 1914-1918: As Negociações Diplomáticas até à Declaração de Guerra*. Lisboa: MNE (tomo I) e Ministério dos Negócios Estrangeiros (1997). *Portugal na Grande Guerra, 1914-1918, As Negociações Diplomáticas e Ação Militar na Europa e em África*. Lisboa. Lisboa: MNE (tomo III).

Paris para a moderação britânica e sugere que se encontre uma fórmula que permita ao Governo português concretizar o seu desejo de participar na guerra⁷.

Paris não tarda a encontrar a fórmula: em setembro de 1914 pede a cedência de 36 baterias de peças de 75 TR francesas que tinham sido compradas por D. Carlos em 1906-1907. A Grã-Bretanha é colocada perante o facto consumado do pedido francês e é obrigada relutantemente a dar o seu apoio. A sua esperança é que uma mera venda das peças não provoque a beligerância portuguesa⁸, pelo que o seu ministro em Lisboa insiste para que a artilharia seja enviada rapidamente, sem homens, argumentando mesmo que a epidemia de peste existente em Portugal aconselha a que não se enviem soldados.

Os "guerristas" percebem que este é o grande pretexto para provocar a beligerância, pelo que o Ministro da Guerra Pereira de Eça defende uma posição radical nas reuniões do Gabinete onde o assunto é discutido: as peças só podem seguir com os respetivos artilheiros, o que implica agregar igualmente as outras armas, pois não o fazer seria uma "afronta"; assim sendo, a única solução é mandar uma divisão completa com cerca de 20.000 homens para França. É claro que, embora a cedência das peças não fosse motivo de beligerância, esta era obrigatória com o envio de uma divisão. É importante salientar que, enquanto isto se passa nos bastidores, tudo o que se diz à opinião pública é que Portugal irá orientar a sua posição pela do Aliado, dando a entender que os passos que se dão para a beligerância são uma resposta ao pedido da Grã-Bretanha - nada podia haver de mais falso, mas Londres não pode denunciar publicamente esta mentira oficial do Governo português. Era preciso outra aproximação.

A posição britânica é difícil, pois a França logo se afirma disposta a receber a divisão portuguesa. Londres não pode contrariar frontalmente a posição do seu Aliado, até porque neste momento se vive a grande crise militar da guerra⁹. A "velha Albion" decide então adotar uma típica estratégia britânica de aproximação indireta: aceita oficialmente o envio da divisão portuguesa, mas pede que nada se faça que possa provocar um corte prematuro com a Alemanha, enquanto ela própria vai tentar por todos os meios que sejam enviadas somente as peças, sem os homens, de modo a evitar a beligerância.

A política britânica provoca entre setembro e novembro de 1914 um braço de ferro com a França e uma clivagem aberta e frontal dentro do Governo português. É o período em que os "antiguerristas" se formam enquanto bloco amplo que contraria

7 Arquivo Diplomático Francês, 1CPCOM637.

8 Portugal cedeu quase ao mesmo tempo 20.000 espingardas Mauser à África do Sul, sem que isso provocasse uma declaração de guerra por parte da Alemanha.

9 O Governo francês tinha mesmo passado para Bordéus perante o avanço da Alemanha, só se estabilizando a situação a partir de fins de setembro de 1914.

a política do Partido Democrático para forçar a beligerância. Há três nomes essenciais neste processo: o Presidente da República, Manuel de Arriaga, republicano moderado para quem a política de forçar a beligerância era um desastre nacional; o MNE Freire de Andrade, que combina a sua posição com Carnegie (ministro britânico em Lisboa) para contrariar os desejos "guerristas"; Brito Camacho, líder do Partido Unionista, que se afirma como o grande teórico dos "antiguerristas". Para entender esta guerra aberta nos bastidores é preciso recordar que para os "guerristas" era essencial ocultar a sua posição perante a opinião pública, pois esta tinha de acreditar que se ia para a guerra a pedido do Aliado. Era um ponto de debilidade incontornável - os "guerristas" não podiam dizer a verdade.

Nesta situação delicada e complexa, tem grande importância uma série de artigos que Brito Camacho publica no jornal do Partido Unionista *A Luta* onde cita os documentos britânicos para provar que são os "guerristas" e não o secular Aliado que querem levar Portugal para a guerra. É um escândalo! De imediato se levanta a questão: como conseguiu Brito Camacho acesso aos documentos oficiais britânicos que, obviamente, eram ultrassecretos nesta altura? Carnegie, o ministro britânico, num telegrama para o FO (*Foreign Office*, ou Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico) não esconde o seu contentamento pela publicação destes artigos, mas esclarece que não foi ele que os deu a Brito Camacho¹⁰.

Enquanto isto acontecia, notava-se um outro fenómeno muito importante: a maioria dos oficiais do Exército declarava de muitas formas a sua oposição à política de provocar a beligerância, obrigando o Ministro da Guerra a recuar na sua posição de só enviar as peças com os homens. Daeschner, o insuspeito Ministro Francês em Lisboa, refere este movimento nos seus telegramas para Paris, dizendo que muitos oficiais ameaçam com a demissão se lhes for ordenado que partam para França e só uma pequena minoria apoia os "guerristas".

É este movimento conjunto, onde se misturam os mais altos órgãos de soberania (Presidente da República e MNE), com a oposição republicana (Partidos Unionista e Evolucionista), com os monárquicos, com os católicos, com uma opinião pública contrária a forçar a beligerância e, sobretudo, com a oposição britânica à política "guerrista" que obriga estes a recuar.

Em fins de 1914 o Ministro da Guerra Pereira de Eça é obrigado a deixar partir as peças sem os homens, embora com o compromisso Aliado de aceitar o envio da força expedicionária portuguesa assim que esta estivesse preparada. Como última resistência o general Pereira de Eça manda as peças sem munições, o que significa

10 Telegrama de Carnegie a 12 de dezembro de 1914. PRO/NA FO 371/2470. Carnegie acrescenta que deve ter sido o MNE português, Freire de Andrade, que passou os documentos britânicos a Brito Camacho. Possivelmente é verdade, embora seja normal que tenha sido o próprio Carnegie a sugerir esse caminho a Freire de Andrade - tinham uma excelente relação pessoal.

que elas são inúteis para os Aliados, pois as peças portuguesas, embora de origem francesa, usavam uma munição diferente que a França não fabricava¹¹. Assim que as peças seguem e que a França deixa de ter um pretexto para forçar a beligerância portuguesa, a Grã-Bretanha muda imediatamente de posição. Diz agora que agradece o envio das peças, mas é prematuro enviar a Divisão, tanto mais que ela vai demorar muito tempo a estar preparada.

Pimenta de Castro: os “Antiguerristas” Tomam o Poder

Verificamos que, assim que a guerra começa, a clivagem principal interna portuguesa passa a ser entre “guerristas” e “antiguerristas” e não entre Monarquia ou República, como antigamente. Este facto é muito importante para o futuro, pois os “antiguerristas” incluem quase todos os monárquicos, mas são muito mais amplos, abarcando igualmente uma parte muito substancial dos republicanos, dos socialistas, dos católicos e dos sindicalistas, ou seja, são a ampla maioria política e social em Portugal. Saliento que, ao contrário do que acontece na Europa, os “antiguerristas” em Portugal são no essencial conservadores, moderados e favoráveis à Grã-Bretanha. Na realidade, eles são os grandes aliados da Grã-Bretanha em Portugal, ao contrário dos “guerristas” que querem contrariar a política britânica.

As Forças Armadas são o principal palco da movimentação “antiguerrista”, muito em particular quando os oficiais se apercebem que a Grã-Bretanha é contra à beligerância forçada portuguesa, ao contrário do que afirmava o Partido Democrático. O principal núcleo “antiguerrista” nas Forças Armadas estava entre os oficiais do quadro permanente do Exército. Em começos de 1915 estes aproximam-se do Presidente da República e provocam o chamado “movimento das espadas”: muitos oficiais da guarnição de Lisboa entregam as espadas a Manuel de Arriaga, uma clara indicação de que só nele confiam e só a ele obedecem. O Presidente da República entende a mensagem e entrega o poder a um governo “antiguerrista” chefiado pelo General Pimenta de Castro (janeiro de 1915). Um dos primeiros atos de Pimenta de Castro é parar com a mobilização da Divisão que devia ser enviada para França, com o aplauso entusiástico da Grã-Bretanha.

Escusado será dizer que Pimenta de Castro governa sem o apoio das câmaras dominadas pelo Partido Democrático, pelo que marca novas eleições para meados de 1915. É igualmente claro que o Partido Democrático logo começa a conspirar para derrubar violentamente o Governo “antiguerrista”.

11 As famosas peças que a França pediu acabaram por ir para um porto britânico onde ficaram à espera das munições que só Portugal podia fornecer. A França não se preocupou muito com isto, provando que o pedido das peças se tinha devido a razões políticas e não militares. Pereira de Eça afirmou que se demitia se o obrigassem a mandar as peças com as munições e Bernardino Machado apoiou esta posição, apesar de a maioria do Governo estar contra.

Esta evolução nos primeiros meses da guerra mostra quatro factos, originais em Portugal:

- 1) Política interna e externa passam a estar intimamente ligadas, com a França a apoiar os “guerristas” e a Grã-Bretanha a apoiar os “antiguerristas”.
- 2) As clivagens essenciais em Portugal passam a ser, logo desde setembro de 1914, entre “guerristas” e “antiguerristas”, com civis e militares em ambos os blocos.
- 3) A forte clivagem interna empurra ambos os lados para o uso da violência organizada, dando início a um longo rosário de revoluções, golpes e pronunciamentos.
- 4) Tudo se passa rodeado por uma imensa cortina de fumo, onde é essencial para os “guerristas” enganarem a opinião pública, fazendo-a acreditar que a Grã-Bretanha quer a beligerância portuguesa, numa altura em que esta não o pode negar publicamente.

O resultado desta evolução é a revolução de maio de 1915, a mais sangrenta de todas, com cerca de 200 mortos e 600 feridos em Lisboa. O Partido Democrático mostra a sua força e prova que o entendimento entre os grupos de civis armados, as infiltrações nas unidades do Exército a nível de cabos e sargentos, os marinheiros armados do Arsenal e de Alcântara e os navios da Armada no Tejo, ainda conseguem dominar Lisboa. Ao fim de 24 horas de luta intensa o Governo de Pimenta de Castro, que tinha o apoio da maioria do Exército e da GNR, apresenta a demissão, enquanto o Presidente da República abandona a sua residência para evitar o pior. Era o primeiro embate militar entre “guerristas” e “antiguerristas”, com a própria França a ficar assustada perante os abusos dos civis armados que dominam as ruas de Lisboa durante dois dias depois da revolução¹². A Espanha reage igualmente à violência da revolução “guerrista” e Afonso XIII, de novo dá a entender que está disponível para intervir militarmente em Portugal. A França e a Grã-Bretanha, agora em conjunto, afirmam que, se for necessária uma intervenção militar, elas próprias a farão, o que obriga a Espanha a recuar mais uma vez. As implicações externas do confronto entre “guerristas” e “antiguerristas” são evidentes.

A Beligerância Adiada: a Longa Espera dos “Guerristas”

O regresso dos “guerristas” ao poder não provoca a beligerância de imediato. O novo Governo não esconde o seu desejo de retomar a preparação da divisão a

12 Não temos aqui espaço para desenvolver este tema. Basta referir que a documentação diplomática indica que Paris fica escandalizada perante os abusos praticados e manda um navio de guerra para Lisboa, pronto a intervir caso estes continuem - a Grã-Bretanha faz o mesmo e a Espanha vai mais longe e manda os principais navios da sua esquadra. A chegada desta força naval conjunta ao Tejo teve o efeito desejado de acalmar os ânimos.

enviar para França, mas a Grã-Bretanha é muito clara: não a deseja! Como desta vez a França não tem um pretexto para forçar Londres, o Governo português marca passo. Lisboa argumenta com os combates contra os alemães que já ocorreram em Angola e em Moçambique para entrar na guerra, mas a resposta do Aliado é taxativa: se Portugal quiser declarar guerra à Alemanha por sua iniciativa, pode fazê-lo, mas não deve contar com o apoio material da Grã-Bretanha. A França, por seu lado, dá indicações da sua simpatia pela beligerância, mas não pode de momento forçar a posição britânica.

É de notar que a partir de meados de 1915 Portugal começa a sentir duramente os efeitos da guerra. Os fretes marítimos estavam reduzidos para menos de metade, o que significa que faltavam alimentos e energia (carvão), com um descontentamento crescente da população. Mais importante ainda, faltavam igualmente divisas, o que impedia as compras no exterior; Portugal quando pedia o apoio britânico à beligerância estava a pensar sobretudo num apoio financeiro e Londres entendia isso perfeitamente e sabia que tinha aqui um dos grandes fatores de moderação dos ímpetus dos "guerristas" portugueses.

É preciso acrescentar, no entanto, que na primavera de 1915 se dá um acontecimento que favorece os "guerristas" portugueses: a Itália entra na guerra. Este facto altera todo o equilíbrio de forças no Mediterrâneo a favor dos Aliados, com a marinha da Áustria-Hungria contida nos seus portos. A partir de agora torna-se claro que a Espanha não entrará na guerra do lado dos Poderes Centrais, o que aumenta a margem de manobra dos aliados na península e permite à Grã-Bretanha equacionar de forma diferente a possibilidade da beligerância portuguesa. Esta continua a ser desagradável para Londres, mas, pelo menos, está afastada a possibilidade de ela enviar a Espanha para os braços da Alemanha.

Até fins de 1915 prevalece o impasse: os "guerristas" portugueses pressionam de todas as formas para levar a Grã-Bretanha a pedir a beligerância em nome da Aliança; esta resiste e mantém a sua posição. É então que a França resolve intervir mais uma vez.

O pretexto são os navios alemães que se acolheram em portos portugueses quando a guerra começou. Ainda são muitos: mais de 80, quase todos a vapor e modernos que, no conjunto, representam qualquer coisa como o dobro da Marinha Mercante Portuguesa de então. São um alvo muito cobiçado, não só por Portugal, mas igualmente pela França e Grã-Bretanha que, em fins de 1915, começam a sentir mais duramente as perdas provocadas pela campanha submarina alemã. A França, sobretudo, encara-os como um pretexto para levar o seu relutante Aliado a aceitar a beligerância portuguesa.

Londres tinha já levantado a questão dos navios em meados de 1915, de forma moderada, dando a entender que eles poderiam ser uma contrapartida para obter o financiamento desejado por Portugal, embora acrescentando que era necessário

encontrar uma fórmula que os permitisse obter sem provocar a beligerância. Em fins de 1915 a França entra no processo de forma inesperada: limita-se a informar Londres que precisa destes navios e que tenciona pedir a sua apreensão a Portugal (o que provocaria a guerra), estando somente a informar o Aliado desta intenção. A posição francesa é clara: ou vocês pedem os navios, ou nós apresentamos um pedido próprio, sendo a questão colocada como uma decisão já tomada e não sujeita a qualquer discussão¹³.

A Grã-Bretanha fica surpreendida com esta posição anormalmente forte da França e percebe que nem sequer vale a pena discutir o assunto. A sua opção é simples: ou pede ela a apreensão dos navios em nome da Aliança, o que implicará apoiar materialmente a beligerância portuguesa, ou aceita que Portugal passe para a área da influência da França no futuro. Sir Edward Grey¹⁴ refere que *"I had endeavored to prevent Portugal from forcing a breach with Germany"*¹⁵, mas que perante a nova situação pensa que o mal menor é pedir a apreensão dos navios.

Londres ainda tenta apresentar o pedido sem ser em nome da Aliança (o que significava que não havia a obrigação de apoiar materialmente Portugal), como uma mera contrapartida pelos reduzidos créditos que a Grã-Bretanha já dava a Portugal. Afonso Costa, que era então o Presidente do Conselho, é demasiado inteligente para cair nessa armadilha e exige que o pedido de apreensão dos navios seja feito em nome da Aliança e acompanhado por garantias secretas que, se provocar a beligerância, o Aliado apoia materialmente Portugal. Relutantemente, a Grã-Bretanha cede.

Os navios alemães são apreendidos de surpresa numa operação bem montada, que é acompanhada por desnecessários pormenores de humilhação da Alemanha, como seja o imediato arriar da sua bandeira - era uma provocação calculada. A resposta alemã é a esperada: declara a guerra a Portugal em março de 1916.

Tinha terminado o primeiro longo calvário dos "guerristas" portugueses. Podiam-se gabar de terem conseguido algo que parecia impossível: forçar a Grã-Bretanha a pedir um ato que provocou a beligerância em nome da Aliança. Ademais, tinham conseguido duas outras coisas que pareciam igualmente impossíveis: iludir a opinião pública interna dando a entender que Portugal se limitava a obedecer a um pedido do aliado e fazer com que fosse a Alemanha a declarar a guerra. Era uma imensa vitória diplomática dos "guerristas"; era ao mesmo tempo a sua ruína política, mas isso só seria claro depois.

13 Memorando francês entregue em Londres a 29 de dezembro de 1915 (PRO/NA FO 371/2759).

14 Responsável do Foreign Office, o que corresponde a Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha.

15 Documento de Sir Edward Grey de 30 de dezembro de 1915 – PRO/NA FO 371/2759.

A "União Sagrada": uma Divisão Nada Sagrada

Com a beligerância forma-se de imediato um Governo dito de "União Sagrada", que devia exprimir a unidade nacional à volta da participação na guerra. Como os representantes aliados em Lisboa salientam, de imediato não se regista qualquer unidade nacional. A população revela receio pelos efeitos da beligerância, as Forças Armadas exprimem fortes reservas e, mesmo em termos políticos, só o Partido Evolucionista participa no gabinete com o odiado Partido Democrático. O outro partido republicano (o Unionista) fica de fora, tal como acontece com todas as outras formações políticas, com fortes reservas manifestadas à cabeça por monárquicos e católicos. O Governo está fortemente dividido desde o primeiro momento, tanto mais que, embora seja formalmente dirigido por António José de Almeida, são os elementos do Partido Democrático que têm todas as pastas importantes para a guerra e a coordenação real de Afonso Costa é evidente. Os "evolucionistas" não tardam a descobrir que a sua participação no executivo só os afasta da população e os enfraquece, pelo que António José de Almeida muito cedo começa a procurar um pretexto para acabar com a "União Sagrada".

O grande problema imediato para os "guerristas" é que não basta a beligerância. É preciso que a Grã-Bretanha aceite o envio de tropas para França, o que esta não pretende. A posição britânica é que o esforço militar nacional se deve concentrar na defesa dos portos e navegação e no envio de forças para África, onde devem colaborar com a campanha Aliada para ocupação da África Oriental alemã, invadindo-a a partir de Moçambique¹⁶.

O Governo de "União Sagrada" tem como problema central conseguir enviar forças para França, algo que depende dos esforços militares internos (entregues a Norton de Matos, seu Ministro da Guerra) e da aceitação externa (aspeto entregue a Afonso Costa e a Augusto Soares, o MNE). A Grã-Bretanha recusa num primeiro momento o envio de forças para França, enquanto pressiona para receber os navios alemães - na realidade, Portugal tinha apreendido os navios alemães, mas não estava decidido qual o seu destino, e tanto a França como a Itália pediam para receber uma parte dos navios. Londres utiliza como grande arma de pressão a ajuda financeira e, mesmo depois da beligerância, continua a só dar pequenos montantes de créditos em libras, desbloqueados no último momento para comprar cereais e outros produtos básicos na América.

16 A África Oriental alemã era a última das colónias alemãs ainda não totalmente ocupada pelos Aliados. Estava em curso uma campanha em que as forças Aliadas (britânicos, belgas, sul-africanos e indianos entre outros) avançavam lentamente a partir do Norte e do Oeste. Portugal tinha enviado várias expedições para o Norte de Moçambique e os Aliados pediam que estas forças passassem o Rovuma a invadissem a colónia alemã.

É Afonso Costa que dirige estas negociações vitais com o Aliado e, como seria de esperar, é muito hábil. Afonso Costa diz à Grã-Bretanha algo muito simples, mas muito efetivo: está tudo interligado, de modo que, se querem receber os navios tem de aceitar o envio de tropas para França e o apoio financeiro ao esforço de guerra. Se isto for concedido então a grande fatia dos navios será entregue à Grã-Bretanha (cerca de 80%) e mesmo outros aspetos em aberto serão decididos de forma favorável, como seja a concessão do caminho-de-ferro de Benguela e o controlo da Companhia do Niassa - assuntos em aberto desde há anos. A Grã-Bretanha hesita e procura negociar, confirmando que Afonso Costa, que mantém o controlo destes assuntos diretamente nas suas mãos, é um negociador temível¹⁷.

Mais uma vez quem desbloqueia o assunto é uma intervenção francesa. O Governo francês tinha já consultado o General Joffre¹⁸ sobre um eventual envio de forças portuguesas para França. A resposta é que os relatórios do adido militar francês em Lisboa provavam que a capacidade operacional do Exército Português era limitada e que os oficiais não apoiavam o esforço de guerra, mas, apesar disso, seria útil o envio de uma ou duas divisões portuguesas. Joffre acrescenta que estas podem ser usadas num setor calmo da frente francesa, libertando duas divisões francesas, embora acrescente que não serão usadas autonomamente, mas inseridas em unidades francesas¹⁹.

Perante isto, o Governo francês informa Londres que tenciona enviar uma missão militar a Lisboa e seria útil que ela representasse os dois países. O "Governo de Sua Majestade" responde, através de Sir Edward Grey, que tinha pensado igualmente na formação de uma missão militar para enviar a Lisboa, mas desistiu recentemente dela. Provavelmente a Grã-Bretanha pensava que o assunto iria morrer com esta resposta, mas a França insiste.

Briand²⁰ envia um telegrama em junho de 1916 às legações da França em Londres e Lisboa onde diz que se deve tentar obter o envio de uma força expedicionária portuguesa para colaborar com os Aliados, seja em França ou em Salónica. Era uma posição de força e, mais uma vez, um xeque-mate à relutância da Grã-Bretanha. O que é dito ao Aliado é muito forte: ou vocês aceitam a força expedicionária portu-

17 Estou a resumir um assunto complexo em poucas palavras, pois este braço de ferro com a Grã-Bretanha prolonga-se por vários meses.

18 O General Joffre era o comandante em chefe dos Exércitos Franceses, a máxima autoridade operacional francesa.

19 Este ponto seria um dos mais difíceis de negociar com os Aliados. Portugal insiste sempre para que a sua força seja usada em conjunto e sob comando português. Tanto a França como a Grã-Bretanha pretendem o contrário: usar a força portuguesa em unidades menores (a nível de batalhão ou menos) inseridas em unidades próprias.

20 Ministro dos Negócios Estrangeiros da França. Telegrama de 17 de junho de 1916 no Arquivo Diplomático Francês 1PCOM638.

guesa, ou ela vem para o setor francês através de um acordo independente (o que teria, sem dúvida, repercussões nos navios).

É preciso explicar a menção a Salónica nesta inesperada tomada de posição francesa. A Grécia era uma frente recente aberta pelos aliados que, perante o falhanço da ofensiva nos Dardanelos, tinham desviado para Salónica uma parte das forças que retiram da Turquia. A ideia era convencer a Grécia a entrar na guerra e atacar os Poderes Centrais pelo Sul, de modo a apoiar a Sérvia. As coisas correram mal desde o primeiro momento e as forças em Salónica ficaram praticamente inativas até ao final da guerra; só nas últimas semanas do conflito iniciaram uma ofensiva bem-sucedida contra a Bulgária. Em 1915, João Chagas²¹ menciona ao Governo francês de forma indireta a possibilidade de enviar tropas portuguesas para reforçar a força Aliada em Salónica - era uma maneira de forçar a Grã-Bretanha a aceitar a beligerância portuguesa. O Governo francês não dá seguimento à proposta, mas, em junho de 1916, decide recuperar a possibilidade de Salónica, possivelmente pensando que seria mais aceitável para Londres.

Perante isto, a Grã-Bretanha mais uma vez recua. O "Governo de Sua Majestade" explica ao comando militar britânico em França que são obrigados a aceitar uma força expedicionária portuguesa. Em fins de junho, Afonso Costa e Augusto Soares chegam a Londres para as negociações finais. Afonso Costa dá mais um passo nas suas exigências e afirma que, embora "todo o povo português" queira participar na guerra ao lado dos aliados²², há "alguma" relutância em "certos setores" do Exército em aceitar o envio de forças para França, pelo que deseja receber um pedido oficial do seu Aliado em nome da Aliança. Edward Grey ainda se procura defender, dizendo que não gostaria de fazer pedidos em nome da Aliança que criem a impressão no povo português que é a Grã-Bretanha que está a pressionar. Afonso Costa, porém, insiste, afirmando que precisa desse pedido para impedir que possa surgir uma reação negativa do Exército semelhante ao movimento das espadas. Perante isto e, sobretudo, perante a posição francesa, Londres cede. Em julho de 1916, o Governo português recebe uma nota onde é "convidado" a colaborar mais ativamente ao lado dos Aliados²³. Esta negociação é particularmente elucidativa. Ela prova que não só a França continua a ser essencial para permitir aos "guerristas" alcançarem os seus objetivos,

21 João Chagas era um guerrista ferrenho e foi designado para chefiar o primeiro Governo formado depois da vitória da revolução de maio de 1915. Foi então vítima de um atentado no comboio que o transportava para Lisboa, tendo escapado por pouco. Depois de uma recuperação, regressou ao seu posto anterior de representante de Portugal em Paris.

22 Os representantes diplomáticos Aliados em Lisboa diziam justamente o contrário: não havia qualquer entusiasmo pela beligerância e o movimento antiguerrista era muito forte nas Forças Armadas.

23 Estou a resumir em poucas palavras uma documentação vasta e complexa que se encontra no PRO/NA, nomeadamente em FO 371/261.

como estes têm plena consciência da fragilidade interna da sua posição e temem a reação das Forças Armadas e, em particular, do Exército. Por esse motivo, Afonso Costa se quer salvar, apresentando o envio de uma força para França como um "pedido" britânico, justamente o contrário da realidade. Se havia alguém que não queria uma força expedicionária portuguesa em França era a Grã-Bretanha!

No final destas negociações, Edward Grey está de tal modo cansado dos portugueses que parece inclinado a aceitar a ideia das suas tropas serem enviadas para o setor francês. O Governo francês é consultado nesse sentido e responde²⁴ que está disposto a aceitar as forças portuguesas, mas insiste no envio prévio de uma missão militar conjunta a Lisboa. Edward Grey propõe então que a chefia desta missão seja deixada aos franceses, uma indicação que as tropas portuguesas deverão ir para o seu setor. É o Ministério da Guerra (*War Office*) que o faz recuar, recordando o que seriam as consequências deste facto para a Aliança - na prática era deixar Portugal passar para a esfera de influência francesa no futuro. Sir Edward Grey reconhece o facto e recua. Assim sendo, a Grã-Bretanha insiste para que a missão militar seja chefiada pelo general Barnardiston, o que a França aceita²⁵.

O problema do enquadramento das tropas portuguesas no setor inglês ou francês ainda será objeto de uma discussão acesa entre os dois Aliados (Grã-Bretanha e França), sem que Portugal se aperceba sequer do que se está a passar. Resumindo um assunto complexo que se arrasta por várias semanas, podemos dizer que a França insiste que as tropas portuguesas vão para o seu setor e a Grã-Bretanha hesita. O Comando militar britânico em França favorece essa solução, mas o War Office e o Foreign Office, em Londres, consideram com alguma razão que isso seria desastroso para o futuro da secular Aliança. No final, é decidido pelo Governo de Guerra (*War Cabinet*) incluir os portugueses no setor britânico. O comando militar britânico em França é obrigado relutantemente, já prevenido o pior, a aceitar a decisão.

A França ainda reclama insistindo na sua posição, mesmo em fins de 1916, quando as primeiras tropas estão prontas a embarcar. O assunto acaba por ser decidido definitivamente graças a uma iniciativa de Norton de Matos junto do general Barnardiston, que se tinha tornado o supremo representante militar Aliado em Lisboa. O que o Ministro da Guerra lhe diz, é que Portugal quer enviar uma força

24 Telegrama para Londres de 5 de julho de 1916. Arquivo Diplomático Francês 1CPCOM638.

25 PRO/NA FO 371/2761. É de notar que Afonso Costa insiste que está tudo ligado: "beligerância, navios alemães, Niassa", pelo que só se pode decidir em conjunto - ou tudo ou nada. Não há dúvida que Afonso Costa era o mais hábil dos políticos portugueses, coisa que os ingleses são os primeiros a salientar. Infelizmente para Portugal, era também o mais radical dos "guerristas". Passado pouco mais de um ano Afonso Costa estava no exílio e Portugal muito pior do que em fins de 1916.

expedicionária para combater ao lado do seu secular aliado e que qualquer outra solução provocaria problemas internos, pois o "povo português" e o Exército não a entenderiam. Norton de Matos faz o mesmo que Afonso Costa tinha feito: transforma a fragilidade inegável da posição "guerrista" num argumento para convencer o relutante aliado, não hesitando em reconhecer a verdade: a maioria das Forças Armadas era contra o envio de forças para França - com toda a razão, pois conhecia a realidade militar - e, por esse motivo, era necessário criar a aparência que este envio era feito a pedido do Aliado.

Londres dá então indicações aos seus representantes em Lisboa (Carnegie na parte diplomática e Barnardiston na parte militar) que aceita a participação de forças portuguesas no setor inglês e que, se a França não o aceitar, então Portugal deve insistir para enviar as suas tropas para Salónica, de modo a ficarem inseridas num comando britânico. Salónica regressa assim à equação militar portuguesa, agora pela mão dos britânicos e não dos franceses. O problema não se chega a colocar nestes termos, pois a França aceita que o Corpo Expedicionário Português (CEP) vá para o setor britânico. Os primeiros contingentes embarcam em navios ingleses em janeiro de 1917, depois de um pequeno grupo de 150 militares, que seguiu em fins de 1916 por comboio pela Espanha, vestido à civil.

O futuro do CEP foi decidido nestas curtas semanas de fins de 1916, entre a Grã-Bretanha e a França. Se o CEP tem ido para o setor francês, seria colocado na parte mais a Sul da frente, onde não tinham ocorrido ofensivas importantes de qualquer dos lados desde 1914 e que permaneceu calmo até ao final da guerra. Nesse caso, o CEP nunca teria de enfrentar um forte ataque alemão e teria sobrevivido intacto até ao final da guerra, mas o futuro da Secular Aliança teria sido diferente. O envio do CEP para o setor francês não era, porém, aceitável pelos "guerristas". Eles queriam que a força portuguesa fosse inserida no setor britânico, pois pensavam que só assim se reforçaria a relação com Londres e, sobretudo, se silenciariam os "antiguerristas" que dominavam o Exército, apresentando a organização do CEP como uma obrigação da Aliança, quando a realidade era justamente o contrário.

Mais uma vez os "guerristas" alcançaram os seus objetivos imediatos, mas falham por completo nos objetivos de médio prazo. O comando militar britânico em França recebe o CEP contrariado e, desde o primeiro momento, mantém com ele uma relação tensa e difícil. Do mesmo modo, os oficiais do Exército, embora num primeiro momento possam ter ficado convencidos pela cortina de fumo que o CEP era uma obrigação da Aliança, não tardam a aperceber-se da verdade: o CEP é uma invenção dos "guerristas" que a Grã-Bretanha só aceitou relutantemente e ao fim de muita resistência.

Portugal tem o triste destino de organizar a sua maior força expedicionária de sempre para a Europa numa situação em que o apoio do seu aliado foi obtido a ferros com a pressão permanente da França, enquanto o entusiasmo das tropas é nulo e a

oposição ativa de grande parte do corpo de oficiais é muito forte. É preciso acrescentar que isto ocorria numa situação em que o CEP dependia em tudo do apoio da Grã-Bretanha: financiamento, transporte, armamento, logística, treino, enquadramento, meios pesados, apoio aéreo, informações, comando, etc. Era a fórmula do desastre. Para o CEP o desastre só chegou a 9 de abril²⁶. Para os "guerristas" chegou antes com a revolução Sidonista.

Conclusões

A beligerância portuguesa é um caso original na Grande Guerra. Há várias razões para o afirmar, que vamos resumir:

- 1) Portugal é o único poder que força a beligerância, não para obter vantagens e ganhos materiais²⁷, mas para se defender. Defender-se contra uma agressão do inimigo? Não! Defender-se contra os inconfessáveis desejos dos aliados (Grã-Bretanha, Bélgica e África do Sul) ou dos neutros (Espanha) e, sobretudo, defender-se internamente. A beligerância forçada foi o caminho que um pequeno grupo de republicanos fundamentalmente ligados ao Partido Democrático, que concebido a República como um regime radical, violento e intolerante, encontrou para se perpetuar no poder. Isto faz com que o caso português seja diferente dos outros pequenos poderes que entram na guerra porque são atacados (Sérvia, por exemplo) ou na mira de ganhos territoriais (Roménia ou Bulgária, por exemplo, em lados diferentes).
- 2) Todos os outros poderes entram na guerra depois de terem passado os anos anteriores a desenvolver a eficácia das suas Forças Armadas. Portugal é igualmente o único que entra na guerra depois de ter destruído a eficácia das suas Forças Armadas enquanto instituição militar, através de uma política sistemática e friamente executada pelos radicais para se defender internamente. Significa isto que a capacidade militar efetiva nacional era muito reduzida. Os programas para modernizar as Forças Armadas do tempo de D. Carlos tinham sido interrompidos; estas estavam profundamente politizadas, com infiltrações de todo o tipo de clubes e associações secretas; a disciplina era quase nula com os sargentos a vigiarem e denunciar os oficiais; com os quartéis controlados por grupos de civis armados, ligados aos clubes do interior.

26 Não vou referir o que foi o 9 de abril e o seu enquadramento externo. Basta dizer somente que o 9 de abril só se deu devido à relação tensa do CEP com o Comando Britânico, à forma como os governos de Lisboa resistiram demasiado tempo a aceitar a realidade militar e à divisão interna dos portugueses, que, como é evidente, não só foi transportada para o CEP, como encontrou nele um terreno fértil para florescer. Os militares portugueses bateram-se corajosamente nas circunstâncias.

27 O único território que reclama é o pequeno triângulo de Kionga no Rovuma, uma questão de "honra" e prestígio.

Acresce a isto que o país não combatia contra um inimigo europeu desde há cem anos e toda a sua política militar era no sentido de defender o continente e de proceder à ocupação efetiva das colónias e jamais de enviar uma força expedicionária para a Europa. Só alguém que nada entenda de assuntos militares pode pedir a estas Forças Armadas que combatam na mais exigente frente da maior guerra da humanidade. Os adidos militares Aliados em Lisboa eram os primeiros a referir que a disciplina das Forças Armadas era nula e a sua capacidade de combate numa guerra moderna muito reduzida - nisto franceses e britânicos estavam em total acordo.

- 3) É preciso acrescentar que a força expedicionária enviada para França, para além de mal preparada, mal armada, não apoiada nem sustentada por meios próprios, tinha no essencial um corpo de oficiais que era contra a beligerância forçada e, em particular, contra o envio de forças para França - era "antiguerrista", em resumo. O inegável baixo moral do CEP não se deve às licenças, ou ao frio, ou a qualquer outro fator semelhante, que muitos autores mencionam. Isso não passa de fatores agravantes. A razão principal do baixo moral é o facto de "muitos oficiais irem para a guerra contrariados", como dizia o General Tamagnini, o seu primeiro comandante. Não é uma questão de logística ou material; é uma opção política de fundo. A esmagadora maioria do País era "antiguerrista" e as Forças Armadas refletiam essa realidade, pois eram o espelho da Nação. Era nelas, no corpo de oficiais permanente, que batia o coração do "antiguerrismo".
- 4) Na maioria dos poderes envolvidos no conflito, este começa como uma guerra de nações e termina com uma guerra civil (Rússia, Alemanha, quase todos os estados da Áustria-Hungria, China, Turquia, etc.). Mesmo os poderes que não conhecem uma guerra civil oficial passam por um processo de crescimento da violência organizada interna e de profunda convulsão social (Itália, Espanha, etc.). Portugal é original, pois a guerra civil intermitente começou em 1908 e só acabou em 1927. A Grande Guerra tem o efeito de agravar e de mudar o seu carácter, nada mais.
- 5) Com o conflito a guerra civil intermitente passa de imediato a decorrer à volta da política sobre a beligerância, formando-se os dois grandes blocos que se vão alternar no poder: "guerristas" e "antiguerristas". Em quatro anos, a política externa muda cinco vezes e a partilha do poder é decidida violentamente pelos militares e pelos civis armados. Os governos "guerristas" dominam um terço do tempo; os governos "antiguerristas" outro terço; os governos de coligação, com ambos no poder, o terço restante. É por causa disto que os oficiais britânicos afirmam, com grande espanto, que os oficiais do CEP falam mais de revolução do que de guerra, pensam que o seu inimigo está em Lisboa e dizem isto abertamente aos seus homens. Como podiam os britânicos entender

- os portugueses, se tinham um quadro mental completamente diferente? Não podiam e não entendiam.
- 6) Isto significa que interno e externo estão inseparavelmente ligados nestes anos - outra das originalidades portuguesas. A política externa muda ao sabor das revoluções internas e estas dependem da evolução externa. Basta recordar a primeira mudança: o movimento das espadas é desencadeado quando os oficiais do Exército confirmam que são os "guerristas" que querem provocar a beligerância e não a Grã-Bretanha que a pede - uma causa de política externa desencadeia uma mudança no poder por ação das Forças Armadas. Ao longo destes anos as Forças Armadas não sentem que lutam principalmente em França; elas lutam principalmente em Lisboa, pois é aqui que se decide o destino de Portugal.
- 7) A mistura do interno com o externo alarga muito a coligação contra os republicanos radicais. Antes ela era formada quase só pelos monárquicos. No período sidonista inicial é imensa, indo da extrema-esquerda à extrema-direita. O carácter da luta muda igualmente: antes era o dilema monarquia ou república; depois passa o ser no fundamental o tipo de República que se quer: moderada ou radical, democrática ou ditatorial? Isto provoca mais um traço da originalidade portuguesa: o carácter pioneiro do sidonismo como a primeira ditadura europeia moderna logo em 1918, muito antes da Espanha ou da Itália. Sidónio tem em si já de forma clara as características das ditaduras que vão ser a maioria na Europa entre 1924 e 1945.
- 8) Tudo isto se passa no meio de uma imensa cortina de fumo. O poder nestes anos, em resumo, precisa de mentir conscientemente para se conseguir aguentar, principalmente o poder "guerrista", mas não só. É preciso, por exemplo, que a população acredite que é a Grã-Bretanha que pede a beligerância e que é ela que quer enviar o CEP para França. A arte dos "guerristas" é que não só mentem - o que seria normal - mas conseguem colocar a própria Grã-Bretanha a mentir nos documentos oficiais - para isto, é preciso alguma arte. Os "guerristas" mentem igualmente quando afirmam que os seus adversários são germanófilos e monárquicos. É certo que quase todos os monárquicos são "antiguerristas"; é falso que todos os "antiguerristas" sejam monárquicos. Além disso, os "antiguerristas" são esmagadoramente favoráveis aos britânicos e são mesmo os seus aliados privilegiados, os únicos que não querem forçar a política britânica²⁸.

28 Isto não significa que não houvesse germanófilos em Portugal. Havia obviamente, como, por exemplo, grande parte do minoritário setor miguquista no movimento monárquico. O que acontecia era que os germanófilos ou os radicais de esquerda "antiguerristas" (parte dos anarquistas e anarcossindicalistas) eram amplamente minoritários. O grosso do movimento "antiguerrista" era moderado, conservador e amigo da Grã-Bretanha.

- 9) A missão “guerrista” parecia impossível, mas foi concretizada, em larga medida devido à habilidade política de Afonso Costa, João Chagas, Norton de Matos e Bernardino Machado, os seus mais destacados nomes. Foi possível forçar a posição britânica no essencial através de dois meios: um interno, outro externo. O meio interno foi o de jogar tudo por tudo, ligar tudo num bloco impossível de dividir, a ponto de política interna e externa deixarem de existir como entidades separadas. Afonso Costa afirmou várias vezes que estava tudo ligado: navios, Benguela, Niassa, beligerância, CEP, poder interno tudo. Ou se aceitava em bloco ou se rejeitava em bloco. Era uma política radical e muito arriscada que, numa situação normal teria falhado, pois a Grã-Bretanha não teria hesitado em recusar tudo em bloco, para depois apanhar o que lhe interessava no caos inevitável que se seguiria²⁹.
- 10) Se a aproximação “guerrista” não falhou em 1914-1916 foi por causa da França. A França cumpriu em todo o processo um papel essencial, que só agora se começa a tornar claro. Em todos os momentos-chaves foi a França que colocou discretamente o seu peso na balança, dizendo à Grã-Bretanha: ou avançam vocês ou avançamos nós! Isto aconteceu, como vimos, até 1916, com a artilharia, com os navios e com a formação do CEP, do mesmo modo que ainda aconteceria mais vezes até ao armistício. A opção britânica não era tanto a de aceitar ou recusar a chantagem dos “guerristas”; se fosse só isso, a Grã-Bretanha teria recusado. A opção britânica era a de continuar com a Aliança ou deixar Portugal passar para a esfera francesa, não só de momento, mas para o futuro. Antes da guerra era fácil colocar a França no seu lugar e dizer-lhe que não se metesse nos assuntos portugueses. Depois do começo da guerra, quando toda a posição aliada dependia do entendimento anglo-francês e dois milhões de britânicos combatiam em França, era impossível dizer que não. Pelo menos, era impossível dizer que não e ficar parado; a Grã-Bretanha precisava de avançar para depois dizer à França: agora fiquem para trás, que o problema é nosso. A Grã-Bretanha cede, mas cede a ranger os dentes, furiosa com a sua própria vulnerabilidade, com cada vez mais desprezo pelos “guerristas” e pelo país que permitia que eles fossem poder. Podem-se fazer milhares de citações dos documentos britânicos que provam isto sem margem para dúvida. Os “guerristas” não são entendidos em Londres como os aliados da Grã-Bretanha; são vistos e entendidos como seres interesseiros e desprezíveis,

29 Afonso Costa entendia isto muito bem, mas, infelizmente, a historiografia posterior não o entendeu e passou a abordar a guerra internacional como se ela fosse algo diferente e separado dos acontecimentos internos. Nuno Severiano Teixeira foi um dos primeiros historiadores que recentemente chamou a atenção para o facto das motivações do Partido Democrático na sua política externa serem fundamentalmente internas (Teixeira, 1996).

só preocupados com a manutenção do poder, a quem as circunstâncias não permitem dar o pontapé que mereciam. Não é por acaso que a Grã-Bretanha fica muito contente quando Sidónio Pais toma o poder.

- 11) Porque cumpre a França este papel? É difícil responder. Alguns motivos são evidentes: a França e Portugal eram duas das três repúblicas existentes na Europa, o que aponta para uma solidariedade ideológica. Para além disso, ambos os republicanos no poder tinham colorações radicais, embora os portugueses fossem mais radicais. Mas essa não é a razão principal. No essencial e em termos simples, a França temia o que a Grã-Bretanha poderia fazer. Temia sobretudo que em determinada altura a Grã-Bretanha pudesse tentar obter uma paz de compromisso com a Alemanha, usando nomeadamente as colónias portuguesas - a França conhecia perfeitamente as convenções de 1898 e 1912. Temia ainda que a Grã-Bretanha pudesse ceder às pressões da Bélgica ou da África do Sul quanto às colónias portuguesas, o que poderia desencadear uma nova divisão de África onde a França seria prejudicada. Por tudo isto, convinha-lhe que Portugal fosse beligerante, pois ele seria sempre um aliado da França contra as inconfessáveis e eventuais pretensões da Grã-Bretanha. A beligerância portuguesa interessava sobretudo para os equilíbrios internos entre os Aliados - mais um fator de originalidade.
- 12) Há ainda um outro fator essencial na política externa nacional nestes anos: a Espanha. Se a França desejava a beligerância portuguesa era também para moderar a Espanha, fazendo-a entender que ela estava "ensanduichada". Se a Grã-Bretanha temia a beligerância portuguesa era porque receava as suas consequências na situação interna espanhola. Ambos tinham razão. A Espanha em determinada altura chega a propor aos Aliados que poderia entrar na guerra ao seu lado se lhe fosse permitida uma intervenção militar em Portugal. É só a formação do regime sidonista em 1918 que acalma definitivamente estas pretensões espanholas - mais uma vez o interno e o externo intimamente ligados.
- 13) Uma outra originalidade da política externa portuguesa destes anos é o papel que desempenha no despertar dos EUA para o poder global. Não salientamos este processo por falta de espaço e porque, no essencial, ele decorre depois de 1916, quando termina a nossa análise. Gostaria no entanto de sublinhar que a base naval em Ponta Delgada criada em 1917 não é meramente "uma das 50 bases dos EUA na Europa" nestes anos. É mais do que isso, pelo menos para os estrategas da Marinha Americana. Ela é encarada como uma base essencial para projetar o poder americano no futuro, quando os EUA assumissem plenamente as suas responsabilidades globais. Ponta Delgada, em resumo, é um marco na evolução americana, um passo essencial para o seu papel global.

- 14) O CEP sai desta conjuntura muito particular. Está dependente em tudo da Grã-Bretanha, mas esta não o quer e preferia que ele não existisse. Norton de Matos, que o forma, escolhe cuidadosamente as unidades mais "antiguerristas" para a sua composição inicial: as unidades do Norte e do Centro, das zonas rurais e da província. Na sua primeira versão, a única unidade combatente de Lisboa que nele participa eram os Lanceiros de Belém, a mais "anti-guerrista" das unidades da capital. Significa isto que o CEP não só está dividido: ele é por opção do Governo uma concentração dos "antiguerristas", dos militares que acham que ir combater para França é um desastre nacional, coisa com que a Grã-Bretanha concorda. Como poderia alguma coisa de bom sair daqui? Imagine-se o drama pessoal dos milhares de militares apanhados na teia desta máquina trituradora que era a divisão nacional, sobretudo os que pouco entendiam dela, mas sofriam as suas consequências.
- 15) Os "guerristas" são as primeiras vítimas da sua própria vitória. Em começos de 1917 parecia que tinham alcançado tudo o que queriam: Portugal estava na guerra e o CEP embarcava para França, tudo contra a vontade da Grã-Bretanha. Passados poucos meses caía o Governo de "União Sagrada" e desaparecia a ténue aparência de "unidade nacional" ou mesmo de "unidade republicana" por detrás da política "guerrista". O Partido Democrático no poder está cada vez mais isolado, dividido e odiado por uma população que morre de fome e de epidemias. A revolução de Sidónio, em dezembro de 1917, surge como um relâmpago num céu sereno, o resultado de uma ampla unidade que vai da extrema-esquerda à extrema-direita, uma libertação nacional, quase um milagre que é saudado pela Igreja como tal. Simplesmente, o "antiguerrista" Sidónio tem de viver com as consequências da política "guerrista" e nomeadamente com o CEP em França, pelo que a primeira coisa que faz é dizer que respeitará todos os compromissos internacionais. O drama do CEP vai continuar por mais um ano.

Como conclusão final pode-se afirmar que esta é a originalidade portuguesa: uma guerra civil que se mistura com a guerra internacional, uma posição defensiva onde interno e externo são inseparáveis, uma política de pedir o impossível a Forças Armadas que foram aniquiladas na sua capacidade operacional, um papel importante no equilíbrio entre os dois principais Aliados, um papel importante no despertar dos EUA, uma densa cortina de fumo onde se mente conscientemente à opinião pública pedindo a cumplicidade relutante do aliado na mentira, uma gigantesca divisão dos militares, chamados a lutar por uma política que muitos consideram ser um desastre nacional, inseridos numa máquina desorganizada, sem o apoio efetivo do seu aliado e mesmo sem a sua compreensão. É preciso acrescentar que a cortina de fumo se prolonga muito para além da guerra, pois as forças que estavam por detrás dos "guerristas" entendem muito bem que a sua única hipótese é insistir na

mentira inicial, reforçar a ideia que Portugal fez um grande esforço nacional para responder ao pedido do seu “Secular Aliado”, quando a realidade é justamente o contrário.

É uma cortina de fumo que ainda hoje continua e que torna difícil e mesmo perigoso, explicar o que realmente aconteceu. Essa é a missão dos historiadores, preocupados em entender para além das aparências; o resto é a missão, não dos políticos, que todos são, mas dos maus políticos, que muitos há. Para quem conhecer Portugal, não é difícil saber quem vai prevalecer. Ou será que alguma coisa de essencial mudou?

Fontes de Arquivos

Archives Diplomatiques – Paris.

Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros - Lisboa.

National Archives – College Park e Washington DC.

Public Record Office, National Archives – Kew, Londres.

Referências Bibliográficas

Afonso, Aniceto e Matos Gomes (Coordenação) (2010). *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Quidnovi.

Costa, Gomes da (1920). *A Batalha do Lys*. Porto: Renascença Editores.

Costa, Gomes da (1925). *A Guerra nas Colónias*. Lisboa: Cértima.

Marques, Isabel Pestana (2004). *Memórias do General, 1915-1919: “Os Meus Três Comandos” de Fernando Tamagnini*. Viseu: Fundação Seixas da Costa.

Martins, Ferreira (Coordenação) (1934 e 1936). *Portugal na Grande Guerra* (2 vols.). Lisboa: Ática.

Teixeira, Nuno Severiano (1996). *O Poder e a Guerra, 1914-1918: Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.

Telo, António José (1993). *Os Açores e o Controlo do Atlântico*. Porto: Asa

Telo, António José (2010 e 2011). *Primeira República* (2 vols.). Lisboa: Editorial Presença.